



CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

¹Victor Afonso Batista da Silva

²Maria Vitória Araújo de Lucena

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os ciclos de desenvolvimento da Amazônia legal, e por meio dos seus indicadores, analisar seus respectivos dados, em comparação ao processo histórico que influenciou a necessidade de articulação em seu desenvolvimento no século XIX à XX, e como esse processo se derivou aos dias atuais, avaliando as modificações demográficas de âmbito ambiental, socioeconômico e estrutural. Para desenvolvimento metodológico deste trabalho, foi submetido o estudo descritivo quantitativo em introdução a parte histórica, que foi usada como descritor principal, ao viabilizar a análise dos dados com o período temporal, onde cada “modelo de desenvolvimento” foi introduzido na Amazônia legal.

Palavras-chave: Amazônia legal, Desenvolvimento Amazônico, IDH-M

ABSTRACT

This work aims to present the development cycles of the legal Amazon, and through its indicators, analyze their respective data, in comparison to the historical process that influenced the need for articulation in its development in the 19th to 20th centuries, and how this process was derived to the present day, evaluating demographic changes in an environmental, socioeconomic and structural scope. For methodological development of this work, a quantitative-qualitative descriptive study was submitted in introduction to the historical part, which was used as the main descriptor, to enable data analysis with the time period, where each “development model” was introduced in the legal Amazon.

Keywords: Legal Amazon, Amazon Development, HDI-M

INTRODUÇÃO:

1. Mestrando em Economia e Desenvolvimento pela UFRN, email: victorafonsoeconomista@gmail.com
2. Graduada em Serviço Social pela UFPE, email: vitoriaaraujo2889@gmail.com



Este trabalho avalia o “Ciclo de desenvolvimento da Amazônia legal”, e seus tópicos foram divididos em seis sessões, formando assim um arcabouço histórico, que foi analisado por seus indicadores e logo após deliberados sob os resultados positivos alcançados e os desastres sofridos ao longo do desenvolvimento amazônico

A primeira sessão, exemplifica o primeiro modelo de desenvolvimento amazônico, desenvolvido em meados do século XIX, esse modelo foi utilizado ainda no período colonial e obteve interesses próprio dos seus colonizadores, facilitando assim a atividade agrícola e extrativista da região... E assim se desenvolve no final do século XIX, com a expansão econômica em território amazônico, derivada da produção de borracha, com a comercialização voltada à exportação.

Já a segunda sessão, introduz o início da participação menos efetiva do estado, como principal articulador do processo de desenvolvimento amazônico, e esse processo perpetua de 1930 a 1980, sendo dividido entre 1930 a 1960 com a formação de um grande mercado nacional, através da união das economias regionais, desenvolvendo assim um período de desenvolvimento urbano e industrialização... Já a metade desse período é marcada, pelo golpe de 1964 e designa uma mudança drástica no processo de desenvolvimento amazônico, por meio da excessiva exploração na região amazônica, desmatamento excessivo, criação de rodovias, a Amazônia passa a ser o principal meio de exploração e fonte de renda, para os interesses capitalistas estruturais do governo militar.

Na terceira sessão, existe uma especificação de forma mais abrangente, referente ao período acima citado, ao citar a “Superintendência de Valorização da Amazônia e a instituição da Amazônia Legal”, e resumir do ponto de vista analítico o que esse processo histórico resultou para o desenvolvimento amazônico, economicamente falando... E continua ao citar de forma minuciosa, como a região amazônica foi utilizada no processo de desenvolvimento estrutural econômico na ditadura militar, pois o principal interesse desse período foi o desenvolvimento econômico e soberania brasileira, o que resultou em um processo de excessiva exploração e devastação da região amazônica com o único objetivo e preocupação sendo o capital... desse ponto é notório os danos ambientais, sociais e econômicos que esse período resultou a essa região



A quarta seção, apresenta a busca por um novo modelo de desenvolvimento, referente aos erros cometidos pelos governos anteriores, problematizando as questões ambientais, econômicas, como a instabilidade inflacionária, provocadas pela crise, baixo desenvolvimento ecológico da região... Essa sessão denota os problemas enfrentados pela má administração e preservação da região, e derivado disto, a atual necessidade em desenvolver modelos para diminuir os danos e prejuízos criados pela ganância e excessiva exploração dos governos anteriores

Enquanto isso a quinta sessão, foi desenvolvida de um ponto de vista voltado para o social, ao correlacionar os déficits estruturais como “Uma realidade derivada do passado” foram observados por meio do IDH-M, o percentual de renda, desenvolvimento humano e outros, de todo o período da Amazônia legal que corresponde aos anos aqui analisados, e foi subentendido em análise seus indicadores, de acordo com a análise é possível avaliar como principal causador, a má estruturação socioeconômica da região, que foi explorada e muito negligenciada e nunca desenvolvida como região, além dos interesses capitalistas governamentais

A sexta sessão conta com nossas considerações finais, mediante a toda análise aqui submetida e deliberações referentes a possíveis meio de desenvolvimento amazônico, voltados para políticas públicas de preservação ecológica, democratização social, étnicas, e outros segmentos referente a construção de um novo desenvolvimento amazônico.

1 PRIMEIRO CICLO DE DESENVOLVIMENTO:

CRESCIMENTO VOLTADO PARA FORA

Da colonização até meados do século XIX a economia da região amazônica se caracteriza pelo baixo dinamismo e as principais atividades econômicas da região eram a agricultura e o extrativismo. No século XVIII segundo Santos (1980) ocorreu um “ciclo agrícola” na região onde se produzia café, açúcar, cacau, entre outros. Destacava-se nesse período a produção de cacau como principal produto de exportação

No último quarto do século XIX inicia-se uma nova fase do ciclo econômico amazônico, que se caracteriza pela rápida expansão da economia proporcionada pela produção de borracha orientada à exportação, esse setor era intensivo em mão de obra



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

e devido à baixa densidade populacional da região, havia a necessidade de trazer trabalhadores do restante do país, dessa forma a região absorveu uma parte da força de trabalho excedente, principalmente do Nordeste.

O mesmo mercado internacional responsável pela indução do crescimento da Amazônia, via demanda por borracha, também foi responsável pela sua decadência. Os produtores de borracha não foram capazes de competir com a concorrência vinda da Ásia, a perda de competitividade levou à queda das exportações e conseqüentemente a redução da renda interna.

A partir de 1940 ocorre o novo ciclo da borracha que é impulsionado novamente por fatores externos, a conquista de territórios produtores de borracha pelo Japão. Nesse contexto, o Brasil voltou a ter algum protagonismo como fornecedor de borracha no mercado internacional, a retomada do crescimento da região também é marcada pela intervenção do Estado brasileiro.

Esse ciclo de crescimento tem como o seu motor dinâmico o setor externo, dessa maneira, a região operava de forma independente do restante da economia nacional. O excedente gerado com a produção e exportação de borracha não foi destinado ao financiamento da diversificação produtiva da região nem em investimentos sociais. Segundo CANO (1998) a estrutura de comercialização e o forte controle exercido pelo capital mercantil permitiu que grande parte do excedente gerado fosse para o exterior através de importações e remessas de juros e lucros.

Em relação ao mercado de trabalho, a maioria dos trabalhadores ligados à produção da borracha estavam inseridos na economia de aviação, o que impossibilitou a formação de uma grande massa de assalariados e uma grande expansão do mercado consumidor. O final deste ciclo de desenvolvimento, marca o início da do papel Estado como indutor do desenvolvimento.

2 SEGUNDO CICLO DE DESENVOLVIMENTO: O ESTADO COMO INDUTOR E ARTICULADOR DO CRESCIMENTO

De 1930 a 1980 foi o período de grande expansão econômica do Brasil que se caracterizou pela forte presença do Estado na economia como promotor do



desenvolvimento. Nesse período ocorreu a formação de um grande mercado nacional através da integração das economias regionais. Um forte processo de urbanização e industrialização, além de outras grandes mudanças estruturais.

Nesse período, o desenvolvimento da região amazônica pode ser dividido em duas fases. A primeira, pela presença menos efetiva do Estado que ocorreu entre as décadas de 1930 e 1960. A segunda ocorre após o golpe de 1964 onde a Amazônia passa ser vista como uma área importante para o regime militar. Becker (2001) destaca que naquele momento o Estado entendia que a região era estratégica, pois era necessário garantir a soberania brasileira sobre a Amazônia e fortalecer a presença do Brasil na região central da América do Sul; garantir a segurança nas regiões fronteiriças; solucionar os problemas originados pela modernização da agricultura nas outras regiões do Brasil; e conter a resistência contra a ditadura militar.

3 PRIMEIRA FASE DE INTERVENÇÃO NA AMAZÔNIA

Em 1942 foi criado o Banco de Crédito da Borracha, que tinha como objetivo financiar a produção da borracha, foi substituído na década de 1950 pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) e suas linhas de financiamento são destinados a vários setores. Na Constituição de 1946 o artigo 199 estabelece a execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantidade não inferior a 3% da sua renda tributária. E o parágrafo único determina que os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos indicados neste parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. A Lei 1806/1953 estabelece a criação da Superintendência de Valorização da Amazônia e a instituição da Amazônia Legal.

A partir da década de 1950 medidas mais efetivas são realizadas, em 1955 é elaborado o primeiro plano quinquenal cujo objetivo era promover a recuperação econômica da Amazônia legal. Em 1958 são realizados dois grandes investimentos em infraestrutura, a construção das rodovias Belém - Brasília e Acre- Brasília. Em 1962 o Acre é elevado à condição de estado pela Lei 4070 sancionada pelo Presidente da



República João Goulart. Nessa fase a região amazônica passa a contar com cinco entes da federação.

3.1 SEGUNDA FASE DE INTERVENÇÃO

A partir de meados da década de 1960 o governo central passou a intervir de forma mais ativa na região amazônica promovendo a ocupação do território e sua integração com o restante do país. Os governos militares realizam diversas reformas institucionais e utilizam o planejamento regional como importante instrumento no processo de desenvolvimento. De 1967 a 1985 são criados pelo regime militar quatro planos de desenvolvimento regional para a Amazônia.

Em 1966 o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) é transformado em Banco da Amazônia e passa a ter um papel de grande relevância no financiamento dos projetos da região. Ainda no mesmo ano é criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em substituição a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA). A SUDAM passa a ter como objetivo o planejamento, coordenação, execução e controle das políticas federais de desenvolvimento da Amazônia. O Decreto-Lei Nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 cria a Zona Franca de Manaus. Ela se constitui como uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais, a sua finalidade era criar um polo industrial na Amazônia.

Com o primeiro choque do petróleo, o estado promove uma mudança nas políticas de desenvolvimento da Amazônia. Dessa forma, em 25 de setembro de 1974 é publicado o Decreto nº 74.607, que estabelece a criação do Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Região Amazônica, cuja finalidade era aproveitar as potencialidades da região. O programa tem como áreas de atuação agricultura, pecuária, mineração, colonização, infraestrutura econômica, infraestrutura social, além de atuar em outras áreas.

Nesse período foram realizados grandes investimentos em infraestrutura com destaque para as grandes obras que promoveram importantes mudanças estruturais, entretanto, também tiveram impactos sociais e ambientais não desprezíveis. Entre os grandes projetos destacam-se a rodovia transamazônica inaugurada em 1972 que



conecta o Nordeste à região amazônica, as rodovias Manaus - Porto velho e Cuiabá - Santarém, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e da Usina Hidrelétrica de Balbina, a construção das estradas de ferro do Carajás e do Amapá, entre outros.

O segundo choque do petróleo e a aceleração do crescimento da dívida externa pioraram a situação fiscal do estado brasileiro, nesse momento o regime militar concentrou seus recursos em áreas específicas dando certa prioridade para setores ligados à exportação. No ano de 1980 é criado o Programa Grande Carajás que fortaleceu o setor de exportação mineral da Amazônia. Em 1981 é criado o estado de Rondônia. Em 1985 é implementado o Projeto Calha Norte voltado para defesa e segurança da região e no ano de 1988 é fundado o estado do Tocantins.

4 ESGOTAMENTO DO DESENVOLVIMENTISMO E A BUSCA POR UM NOVO MODELO

A instabilidade econômica e política que atingiu o Brasil no último quarto do século XX expôs os limites do modelo de desenvolvimento até então vigente e demonstrou que era necessário o surgimento de novas políticas desenvolvimentistas que se adequassem à nova realidade socioeconômica brasileira. Nesse contexto de mudança de regime político, baixo crescimento e crise inflacionária, ocorreram mudanças na orientação das políticas nacionais e regionais. No âmbito nacional, o foco da política econômica era conter a crise inflacionária; a nível regional, muitas políticas foram abandonadas ou reorientadas para se adequarem ao contexto da época. Podemos destacar como exemplo as medidas e incentivos voltados para os setores ligados à exportação, dada a necessidade de geração de divisas.

Nesse período, começa a ganhar destaque uma nova geração de políticas regionais que tem como foco central a competitividade. Esta abordagem serve de subsídio para a formulação de novas políticas voltadas para o desenvolvimento regional, que dão ênfase ao lado da oferta e defendem a especialização produtiva de cada região com base nas suas vantagens “naturais”. Medidas como flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, redução de encargos e impostos, entre outras medidas, são amplamente defendidas.



A mudança do cenário nacional mostrou o esgotamento do modelo econômico regional, nesse momento a Amazônia enfrentava vários problemas e conflitos. Os polos econômicos se tornaram áreas de crescimento no meio da floresta, em uma região que apresentavam altos níveis de pobreza e miséria. A infraestrutura construída foi importante para viabilizar investimentos e integrar a região as demais, por outro lado, provocaram grandes impactos ambientais negativos na região. A expansão e diversificação da economia e o crescimento das áreas urbanas foi acompanhado de um intenso processo de desmatamento.

No contexto internacional a Amazônia passou a ter grande relevância, em decorrência da sua extensão territorial e do seu capital natural. O modelo de ocupação de exploração econômica da Amazônia não era compatível com a necessidade de preservação desse território. Esse conflito tomou a dimensão internacional que se traduziu em forte pressão pela preservação da floresta e pedidos de intervenção sobre a região. As principais medidas externas foram voltadas para um esforço de cooperação com as organizações da sociedade civil e o Estado, essas ações buscavam influenciar positivamente as políticas públicas em prol da região Amazônica.

As deliberações referentes a um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia, denotam um arcabouço econômico em construção. Em decorrência aos desafios a serem enfrentados, uma questão é colocada: Como assegurar que o progresso econômico da região seja compatível com o ecossistema Amazônico e ao mesmo tempo ele seja socializado entre toda população? Desafio este que deverá ser observado e deliberado com abrangência, no século XXI.

5 AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES

5.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS ESTRUTURAIS

O processo de desenvolvimento da Amazônia foi marcado por muitos conflitos e contradições. As políticas regionais implementadas, principalmente pelo regime militar, promoveram mudanças estruturais na região amazônica. Essas transformações ocorreram em diversas áreas, podemos destacar três delas em particular: 1) A conectividade da Amazônia com as outras regiões do Brasil e o resto do mundo. Essa



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

conexão ocorreu, em grande medida, pela criação de um sistema de telecomunicações e o sistema de infraestrutura logística; 2) O processo de urbanização que foi acelerado e reconfigurou a ocupação da Amazônia, os grandes povoamentos que surgiram e se concentraram ao longo dos rios, passaram a se encontrar próximos às estradas. A intensificação da urbanização contribuiu para profundas mudanças na forma de organização da sociedade amazônica, segundo dados do IBGE em 1970 cerca de 32,8% da população se encontrava nas áreas urbanas e três décadas depois a população urbana passou a representar 68,2%, na região; 3) Na área econômica destacamos o papel dos polos minerais e do polo industrial de Manaus.

As ações do estado na AML resultaram no aumento da participação da região no PIB nacional, como mostra a TABELA 01, analisando os dados observa-se que nas décadas de 1950 e 1960, mesmo com baixa intervenção do estado, a região aumentou sua participação na economia nacional que saltou de 3,12% em 1950 para 4,33% em 1965 e o setor que mais se destacou foi a agropecuária que foi responsável por um pouco mais de 10% da produção nacional, entretanto, de 1965 a 1975 a região começou a perder participação no PIB nacional naquele momento a maioria dos grandes projetos regionais, ainda não tinham sido implementadas ou estavam ainda no início, o programa de polos agropecuários e agro minerais só seria estabelecido a partir de 1975, por outro lado merece destaque a Zona Franca de Manaus, implementada em 1967, que teve um importante papel ao impulsionar a produção industrial na Amazônia.

Após a implementação dos polos econômicos e a consolidação das infraestruturas, os três setores da AML passaram por uma forte expansão e sua participação em relação à produção nacional setorial aumentou. O setor industrial avança tendo como seus propulsores os projetos atraídos pela ZFM, pela agroindústria e pela indústria extrativa, de 1970 a 1980 este setor dobra sua participação no total da produção industrial nacional e mesmo no período de baixo crescimento econômico do país este setor continua avançando de forma ininterrupta até o ano 2000. A agropecuária quase dobra sua participação em relação ao total nacional deste setor, saltando de 7,22% em 1975 para 13,89% no ano 2000, esse bom desempenho está atrelado em grande medida aos polos agropecuários instalados na região que proporcionaram grandes incentivos para essas atividades. O setor de serviços mantém uma trajetória crescente ao longo dos cinquenta anos onde sua participação pula de



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

3,38% em 1950 para 6,41% no ano 2000, esse bom desempenho se deve a diversos fatores entre os quais podemos destacar o papel da crescente urbanização, expansão dos serviços públicos e ampliação do mercado consumidor.

TABELA 01 - Participação do PIB e do PIB setorial da Amazônia Legal no PIB nacional e no PIB setorial brasileiro, 1950-2000, a preços de 2010.

Quinquênios	PIB	Setor Industrial	Setor Agropecuário	Setor de Serviços
1950	3,12%	1,52%	3,76%	3,38%
1955	3,56%	1,89%	4,94%	3,46%
1960	4,34%	2,75%	5,78%	4,23%
1965	4,33%	2,28%	6,07%	4,22%
1970	4,08%	1,61%	10,08%	4,08%
1975	3,21%	1,73%	7,22%	3,30%
1980	4,79%	3,97%	9,69%	4,46%
1985	5,02%	4,03%	8,83%	5,03%
1990	6,24%	4,85%	14,64%	6,02%
1995	6,01%	5,67%	12,44%	5,81%
2000	6,34%	5,62%	13,89%	6,41%

FONTE: IBGE. IPEADATA.

Elaboração própria

TABELA 02 - Participação do PIB setorial no PIB da Amazônia Legal, 1950-2000

Quinquênios	Setor Industrial	Setor Agropecuário	Setor de Serviços
1950	9,98%	37,11%	52,91%
1955	11,39%	41,12%	47,49%
1960	13,66%	36,77%	49,57%
1965	10,90%	38,64%	50,46%
1970	12,10%	30,99%	56,91%
1975	18,95%	26,48%	54,56%
1980	34,16%	20,69%	45,15%
1985	35,16%	19,76%	45,08%
1990	31,22%	18,71%	50,07%
1995	36,84%	8,13%	55,04%
2000	37,25%	7,59%	55,16%

FONTE: IBGE. IPEADATA.

Elaboração própria

A TABELA 02 mostra a participação de cada setor na economia amazônica, o setor de serviços mantém uma participação média acima de 50% entre 1950 e 2000, porém a sua participação atinge um patamar inferior a 50% durante o período que é implementado o plano de metas e durante a década de 1980 com a consolidação dos polos econômicos. À medida que a agropecuária e a indústria se expandem, modernizam e aumentam sua produtividade eles apresentam trajetórias contrárias, o



primeiro diminui sua participação na economia regional e o segundo amplia sua participação. Em 1950 a agropecuária detinha participação de 37,11% do PIB regional e a indústria 9,98% já no ano 2000 isso se inverte e a indústria torna-se responsável por 37,25% da economia regional enquanto a agropecuária contribui com 7,59%.

5.2 TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

De acordo com a observação sócio-estrutural da Amazônia legal, em adição histórica econômica e ambiental, perante seu desenvolvimento socioeconômico, é possível delimitar um caráter específico na sua estruturação, que se refere desde o período colonial, por meio da exploração de produtos florestais, tais como resinas, óleos, canela, cravo, baunilha e borracha, para a exportação... Essa característica de exploração territorial e falta de preservação com o meio ambiente, se constitui de forma natural até os dias atuais, que levam pesquisadores e cientistas políticos a deliberar sobre a importância da preservação dos poucos espaços verdes ainda existentes em nosso bioma Amazônico. Embora, esta pauta traga não apenas camadas ambientais, mas também influencia na estrutura socioeconômica da população da Amazônia legal, já que os dados indicam, que o problema amazônico, viabiliza um déficit de mão dupla, tanto na preservação ecológica como também no desenvolvimento sócio populacional da região.

Para citar essa realidade nacional é importante observar a construção no âmbito “Sociedade”, que também de forma histórica colonial, se constitui a partir da exploração de recursos naturais pelos seus colonizadores, criminalização da cultura xamânica já existente, escravidão, exploração de minerais etc. E o que já tinha sido atacado e desumanizado no passado, no futuro passa por um processo de negligência governamental, o que torna a população cada vez mais pobre e negligenciada, abre possibilidades também, para novos projetos de interesse constitucionais de cunho desenvolvimentista amazônico, o que ocorreu de forma parecida durante o golpe de 1964, e deriva nos anos posteriores, falar das transformações socioeconômicas e ambientais amazônicas, é salientar a necessidade de priorizar o ecossistema, demarcar as terras indígenas e preservar a população originária, que ainda vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, referente uma região que foi desenvolvida a partir dos interesses capitalista de estado, em todo o período da história amazônica. O



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

desenvolvimento da Amazônia pode ser entendido como um processo de crescimento acompanhado de intensa degradação ambiental e elevados níveis de pobreza.

Para se ter uma maior compreensão dos efeitos dos modelos de desenvolvimento amazônico, selecionamos alguns indicadores para ser analisados, a opção feita foi pelos Índices de Desenvolvimento Humano, por serem mais abrangentes e sua elaboração foi feita a partir dos dados do censo demográfico do IBGE.

De acordo com a Tabela 03 é possível analisar, o crescimento do IDH em todos os estados da Amazônia Legal, entre 1970 e 1990. Diversos fatores contribuíram para o bom desempenho desse indicador, como o aumento do nível de emprego e renda, aumento do nível de escolaridade e da expectativa de vida. Na década seguinte esse indicador apresenta uma redução em todos os estados da região e um dos principais fatores para essa redução está associado aos efeitos do ajuste econômico que provocaram grandes custos sociais, somado aos problemas ambientais e sociais que se perpetuaram ao longo de toda a década de 1990.

TABELA 03 – Índice de desenvolvimento humano dos estados da Amazônia Legal, 1970-2000

Estados	1970	1980	1990	2000
Acre	0,347	0,506	0,584	0,517
Amazonas	0,401	0,608	0,658	0,515
Amapá	0,420	0,582	0,687	0,577
Maranhão	0,285	0,405	0,456	0,476
Mato Grosso	0,396	0,618	0,702	0,601
Pará	0,404	0,579	0,595	0,518
Rondônia	0,441	0,595	0,635	0,537
Roraima	0,435	0,679	0,728	0,598
Tocantins	0,316	0,465	0,560	0,525

FONTE: IPEADATA, IBGE

Analisando o IDH – Renda, observamos uma evolução positiva ao longo do período, como demonstrado na Tabela 04. Essa evolução positiva pode ser analisada em três momentos distintos. O primeiro compreende um crescimento acelerado na década de 1970, em decorrência do desempenho da economia da região. O momento seguinte ocorre ao longo da década de 1980, apenas cinco dos nove estados da Amazônia Legal apresentaram em 1991 um indicador superior ao da década de 1980, um dos fatores mais relevantes que explica esse movimento é aceleração da inflação



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

que reduziu ao longo do período o poder de compra da população e o baixo desempenho da economia, a nível regional destaca-se o esgotamento do modelo de progresso econômico da Amazônia. No ano 2000 verifica-se que a maioria dos estados da AML apresentaram uma piora nesse indicador e nos outros entes da federação ocorreu uma leve melhora, com exceção do Maranhão que cresceu significativamente. Nesse período, fatores como ajuste da economia nacional e abertura econômica impactaram diretamente na renda da população, a persistência dos problemas regionais e falta de medidas que revertesse esse cenário contribuíram para piora desse indicador.

TABELA 04 – Índice de desenvolvimento humano dos estados da Amazônia Legal, dimensão Renda, 1970-2000

Estados	1970	1980	1991	2000
Acre	0,279	0,578	0,611	0,612
Amazonas	0,304	0,762	0,743	0,608
Amapá	0,335	0,635	0,802	0,638
Maranhão	0,169	0,334	0,313	0,531
Mato Grosso	0,283	0,797	0,855	0,689
Pará	0,276	0,651	0,587	0,601
Rondônia	0,479	0,747	0,662	0,654
Roraima	0,380	0,939	0,954	0,652
Tocantins	0,167	0,450	0,515	0,605

FONTE: IPEADATA, IBGE

Apesar da evolução positiva do IDH-Renda podemos observar algumas contradições: A média da renda per capita da população pobre decresceu ao longo da década de 1980. No final da década de 1990 ocorreu redução da renda média desse grupo populacional na região. O estado de Roraima apresentou decréscimo da renda média dos pobres ao longo de todos os períodos analisados.

TABELA 05 – Taxa de variação da renda domiciliar per capita média da população pobre dos estados da Amazônia Legal, a preços de outubro de 2014, 1976-1999

	1976 – 1979	1981-1990	1992-1993	1995-1999
Acre	-0,90%	-4,75%	17,49%	-11,43%
Amazonas	13,63%	-7,58%	11,77%	0,26%
Amapá	26,15%	-8,64%	1,81%	-17,69%
Maranhão	-14,27%	-6,16%	-12,38%	11,08%
Mato Grosso	7,15%	-5,76%	7,94%	7,48%
Pará	9,20%	-8,41%	5,70%	-5,26%
Rondônia	19,81%	-5,52%	12,29%	2,01%
Roraima	-11,92%	-12,74%	-23,11%	-11,13%
Tocantins			18,68%	13,60%

FONTE: IPEADATA, IBGE.



Elaboração própria

A Tabela 05, apresenta a taxa de variação da renda per capita da população pobre. No final da década de 1970 a maioria dos estados da AML apresentaram aumento no nível de renda desse grupo populacional. Nos anos 90 podemos dividir em dois períodos, o primeiro compreende o início da década, onde ocorreu um crescimento da renda dos pobres nos estados da AML, com exceção dos estados do Maranhão e Roraima. No final da década observa-se uma redução no crescimento e até decréscimo em alguns estados da região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ciclo desenvolvimentista possibilitou o avanço das forças produtivas na região, integrou a Amazônia com o restante do país, incorporou parte da população ao mercado de trabalho o que resultou em uma redução significativa da pobreza, porém a interrupção desse modelo em decorrência da instabilidade econômica e política pela qual o país passava reverteram em parte os avanços conquistados anteriormente. É importante destacar que o modelo implementado tinha grandes limites, pois não possibilitava a participação democrática da população e dava-se pouca importância às questões sociais e ambientais. Diversas reformas importantes não foram realizadas: reforma agrária, criação de um sistema tributário progressivo, entre outros.

É preciso entender as bases que foram construídas ao longo dos dois ciclos de desenvolvimento da região amazônica para que dessa forma seja possível implementar um novo modelo de desenvolvimento sustentável que promova o progresso econômico e social, que preserve o meio ambiente e garanta a soberania nacional.

O novo modelo necessita de um estado forte e democrático capaz de lidar com os problemas estruturais da região. A inovação tem um importante papel no desenvolvimento de novas tecnologias que elevem a produtividade, substitua técnicas e métodos de produção agressivos ao meio ambiente, além de criar e ampliar as formas de exploração econômica que necessite da manutenção e conservação da floresta amazônica.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Brasília. Parcerias Estratégicas, nº 12, p. 135-159. 2001.

BECKER, Bertha K. Amazônia: desenvolvimento e soberania. In: Paulo Tafner (ed.). **Brasil o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2005. Cap. 6, Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2399>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em 27 out. 2023.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 - 1995**. 2º ed. Campinas - SP: UNICAMP. IE, 1998. 420 pg. (30 anos de economia - UNICAMP)

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (org.). **FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AMAZÔNIA**. 2. ed. Belem, Pa: Biblioteca do Naea/Ufpa, 2015. 640 p. (Volume 2). Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br>. Acesso em: 28 jul. 2024.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.